

Situação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

As diferentes estruturas sintáticas do português e seu uso

Erotilde Goreti Pezatti

<https://doi.org/10.1590/1678-460x202146461>

Submetido em: 2021-07-20

Postado em: 2021-07-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)



<https://doi.org/10.1590/1678-460x202146461>

As diferentes estruturas sintáticas do português e seu uso

The different syntactic structures of Portuguese and their use

Erotilde Goreti Pezatti

Resumo

Tomando como unidade básica de expressão linguística o ato discursivo, este estudo tem como proposta apresentar as diferentes estruturas sintáticas do português, sob o ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie, 2008). Os resultados obtidos a partir da análise de um corpus de língua falada das variedades do português (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) mostram que cada estrutura sintática é motivada por fatores pragmáticos e preenche diferentes necessidades comunicativas dos falantes.

Palavras-chave: funcionalismo, estrutura sintática, oração, frase, interjeição.

Universidade Estadual Paulista (UNESP). São José do Rio Preto, São Paulo – Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-8822-9587>. E-mail: erotilde.pezatti@unesp.br

Abstract

The aim of this study is to present the different syntactic structures of Portuguese from a Functional Discourse Grammar perspective. To this end, the study uses a corpus that includes texts from different varieties of Portuguese spoken in Angola, Brazil, Cabo Verde, Guinea Bissau, Mozambique, Portugal, Saint Thomas and Prince, and East Timor and sets the discursive act as the unit of analysis. Results show that each syntactic structure is motivated by pragmatic concerns as well as the communicative needs of the speakers.

Keywords: functionalism, syntactic structure, clause, phrase, interjection.

1. Introdução

Este estudo traz uma reflexão sobre as construções sintáticas do português e seu uso, assumindo uma perspectiva teórica que considera os aspectos pragmáticos como determinantes da estrutura sintática, ou seja, a pragmática modela a forma da expressão linguística. Isso significa que a interação entre falantes de uma língua se dá por meio de atos discursivos, ou seja, a menor unidade identificável do comportamento comunicativo (Kroon, 1995, p. 65), sendo, portanto, uma unidade do nível interpessoal (pragmático), que pode assumir diferentes estruturas no nível morfossintático, a depender da intenção comunicativa do falante.

A tradição tem tomado a oração como ponto de partida da descrição linguística, por considerá-la o tipo mais comum de frase (Carone, 1986, p. 51-3), formada de sujeito e predicado, e como tal estruturada em torno de um verbo, explícito ou não, indispensável à sua existência (Kury, 1986, p. 14), conforme exemplifica a ocorrência (1). Há na língua, no entanto, construções não verbais, denominadas *frases nominais*, como exemplifica a ocorrência (2), e a expressão em negrito em (3).

(1) a casa fica assim no centro do terreno? (Bra80:Fazenda)

(2) coitadinho! (Bras80:CriarFilhos)

(3) "vamos passar em frente da casa velha". passámos. aí, "vamos entrar?" "vamos entrar".
e entrámos. **as crianças... apavoradas**, (BR80:Fazenda)

Enquanto a *frase nominal* no exemplo (2) é constituída de um único sintagma, a expressão em negrito, na ocorrência (3), é uma estrutura bimembre, já que é formada por dois elementos: o sintagma nominal *as crianças* e o adjetival *apavoradas*. Diferentemente da ocorrência (4), no entanto, não apresenta cópula (*é*), e, diferentemente das ocorrências (5) e (6), não é constituída em torno de um predicado verbal (*vai escrever* e *sabemos*, respectivamente).

- (4) a mentalidade agora **é** diferente (PT95:JuventudeOntemHoje)
- (5) e às vezes, **vai escrever** uma coisa que não está dentro de, da nossa tradição (CV95:AsMornas91)
- (6) não **sabemos** o que vamos fazer da bendita da piscina, (Bra80:Fazenda)

Todas essas estruturas, sem dúvida, representam uma unidade de comunicação, correspondente a uma unidade de entonação. Isso significa que os enunciados das ocorrências de (1) a (6) envolvem um falante e um destinatário e apresentam uma ilocução, que representa a intenção comunicativa (declarar, interrogar, exclamar), e de uma mensagem, constituindo, portanto, um ato discursivo. A definição de Kroon (1995, p. 65), apresentada anteriormente, indica que o ato discursivo não tem um equivalente morfossintático específico, variando em complexidade desde unidades menores até unidades maiores do que a oração. Neste artigo, são tratados atos discursivos com diferentes formatos morfossintáticos, com o objetivo de demonstrar que cada um deles preenche diferentes necessidades comunicativas dos falantes.

Para isso, utilizam-se como material de análise ocorrências de língua falada nas variedades portuguesas, extraída do *corpus* “Português oral”, do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009), em parceria com a Universidade de Toulouse- le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada* e se acham disponíveis no site http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

O texto contém cinco seções. Na seção 1, é apresentada e definida a Expressão Linguística, a

camada mais abrangente do nível morfossintático, que envolve diferentes construções¹: a oração, que é tratada na seção 2; a minioração, desenvolvida na seção 3; a holófrase, apresentada na seção 4; e, por fim, a interjeição, descrita na seção 5. Essas seções são seguidas das Considerações Finais, em que se apresentam a funcionalidade de cada estrutura sintática, mostrando que cada qual serve a um propósito do falante.

2. Expressão linguística

Autores como Rocha Lima (1972), Bechara (1999), Kury (1986), Cunha (2001), concordam que frase é a expressão verbal de um pensamento, um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação, que pode ser constituída de uma só palavra ou de várias palavras, sem, no entanto, apresentar uma relação predicativa. Na língua falada, cada frase apresenta uma melodia, um ritmo, uma entonação peculiar que a escrita procura sugerir por meio dos sinais de pontuação e que lhe empresta sentido completo na situação em que é proferida ou escrita. Em outras palavras, é frase o enunciado que tem sentido completo, mas não uma relação predicativa, enquanto a oração é também um enunciado de sentido completo que apresenta uma relação predicativa.

Do ponto de vista teórico aqui assumido, a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 308; Keizer, 2015, p. 181), no entanto, tanto a frase nominal quanto a oração (simples ou complexa) constituem morfossintaticamente uma Expressão Linguística, ou seja, um conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática que pode ser usada independentemente. Desse modo, tanto a frase predicativa (oração simples ou complexa) quanto a não predicativa (frase nominal) constituem uma expressão linguística, usadas numa situação de interação. Em outras palavras, são unidades do comportamento comunicativo e, como tal, envolvem um falante e um ouvinte, apresentam uma intenção comunicativa (declaração, interrogação, exclamação) e uma mensagem, um conteúdo a ser comunicado. São, pragmaticamente, atos discursivos, ou seja, unidades de interação. O que diferencia esses tipos de atos discursivos é a complexidade sintática e o contexto situacional em que são usados. Assim, as ocorrências de (1) a (6) constituem, no nível interpessoal, atos discursivos, que, no nível morfossintático, assumem diferentes formas, constituindo todas, no entanto, expressões linguísticas. Começaremos tratando da expressão linguística mais conhecida e mais complexa sintaticamente, a oração, seguindo para a menos complexa, a interjeição.

¹ O termo *construção* é aqui usado no sentido comum, sem qualquer relação com qualquer modelo teórico.

3. Oração

A oração é considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, constituída de um grupo de um ou mais sintagmas, caracterizados, em maior ou menor extensão, por um padrão de ordenação e por expressões morfológicas de conectividade, principalmente concordância e regência. Em outras palavras, a oração consiste em uma configuração sequenciada de palavras, sintagmas e outras orações, que semanticamente corresponde a uma predicação, por sua vez, constituída de um predicado e seus argumentos. Em (7), há uma configuração sequenciada de palavras (*começou, a e relampejar*), que constitui apenas o predicado, por se tratar de uma predicação de zero lugar; (8) apresenta uma configuração de sintagma (*o salário*) e palavra (*satisfaz*), exemplificando uma predicação de um lugar; e (9), uma predicação de dois lugares.

- (4) - começou a relampejar (Moç86:Chuva)
- (5) - o salário satisfaz? (Ang97:JovemGaspar)
- (6) - conte esse acidente. (Bra80:Acidente)

Todas essas orações representam uma unidade do comportamento comunicativo e correspondem a uma unidade de entonação. São, portanto, frase-oração, segundo Kury (1986, p. 15). Em outros termos, os enunciados *começou a relampejar* em (7), *o salário satisfaz?* em (8) e *conte esse acidente* em (9), envolvem pelo menos dois participantes do discurso, um falante (emissor) e um ouvinte (receptor), apresentam uma ilocução e um conteúdo comunicado; em resumo, são todos atos discursivos.

A ilocução apreende as propriedades formais e lexicais do ato discursivo que podem ser atribuídas a um uso interpessoal, convencionalizado para representar intenções comunicativas, que, por sua vez, podem ser de diversos tipos, como chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar, alertar, requerer etc. Em (7), a ilocução é declarativa, já que apenas informa o ouvinte do conteúdo proposicional evocado pelo conteúdo comunicado, permitindo inclusive a inserção de um verbo performativo explícito, como *declarar*, conforme se vê em (7)a. Em (8), a ilocução é interrogativa, uma vez que o falante solicita uma resposta sim/não do ouvinte para o conteúdo proposicional evocado pelo conteúdo comunicado, e permite a inserção de um verbo como *perguntar*, conforme (8)a. Em (9), a intenção do falante é instruir o ouvinte

para praticar a ação expressa no conteúdo comunicado, conforme se vê pela possibilidade de inserção de um verbo como *pedir*, em (9)a.

(7)a **eu declaro que** começou a relampejar

(8)a **eu pergunto se** o salário satisfaz?

(9)a **eu peço que** conte esse acidente.

O conteúdo comunicado, por seu turno, corresponde às escolhas que o falante faz para evocar um quadro do mundo exterior sobre o qual ele deseja falar (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 87), ou seja, constitui a mensagem que é comunicada no ato discursivo (Hengeveld & Mackenzie, 2018, p. 39). O conteúdo comunicado em (7), (8) e (9) é respectivamente *começou a relampejar*, *o salário satisfaz* e *conte esse acidente*.

Cada uma dessas construções apresenta um molde de conteúdo a depender da combinação de função pragmática que elas permitem para os componentes do conteúdo comunicado. Uma função pragmática reflete o estatuto comunicativo de uma unidade linguística em termos de saliência ou relevância no discurso em desenvolvimento (Keizer, 2015, p. 73-75), ou seja, indica o modo como o falante deseja que o ouvinte incorpore a informação apresentada numa unidade linguística em sua representação mental do discurso. São dimensões de funções pragmáticas *tópico/comentário*, *foco/fundo (background)* e *contraste/sobreposição (overlap)*. Por ora, interessa-nos a dimensão *tópico/comentário*.

O conceito de *tópico* tem sido objeto de estudo de vários modelos teóricos. Na perspectiva formalista, tem sido tratado por Leite et al. (1996), Callou (1993), Galves (1998) e Araújo (2009), recebendo diferentes denominações como “adjuntos acéfalos”, “tópicos sem cabeça”, “tópicos com cabeça”, “tópico pendente com retomada”, “tópico cópia”, “tópico sujeito”, “tópico pendente”, ou como construções de “duplo sujeito”, “construções de adjunto”, “deslocamento à esquerda”, “topicalização de objeto”, “topicalização selvagem”. Do ponto de vista funcionalista, *tópico* é um conceito fundamental (Pontes, 1987), tendo sido definido por Chafe (1976) como o constituinte que estabelece um esquema espacial, temporal ou individual dentro do qual a predicação principal se mantém, de modo a limitar-lhe a aplicabilidade a certo domínio restrito. Para Dik (1989), *tópico* é um conceito discursivo, já que qualquer discurso, tomado no sentido mais amplo de texto coerente, “fala” necessariamente a respeito de entidades, ou seja, na predicação, se diz alguma coisa sobre o

tópico.

O conceito aqui assumido é o discursivo-funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 92), para quem tópico é o reflexo linguístico de uma instrução para o ouvinte resgatar uma informação do texto ou do contexto situacional. Assim, uma sentença pode ter apenas o comentário, como é o caso de (7), em que tudo é novo, já que nenhum elemento está relacionado ao discurso corrente. É, portanto, uma sentença tética (Mateus et al. 2003, p. 318; Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 101; Pezatti, 2012). As sentenças (8) e (9), por outro lado, são categoriais, uma vez que contêm um tópico, mesmo não estando expresso, como em (9), e um comentário (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 101; Pezatti, 2012).

	TÓPICO	COMENTÁRIO
(7)		começou a relampejar
(8)	o salário	satisfaz
(9)	(2ª. pessoa do discurso)	conte esse acidente

Na estruturação de um texto (falado ou escrito), a construção categorial, por ser constituída de tópico/comentário, contribui para o avanço do discurso, fazendo parte, portanto, da porção de figura, nos termos de Hopper e Thompson (1980)². Já a sentença tética, por veicular uma informação globalmente, numa única unidade entonacional, sem ponto de partida e nem ponto de vista, mostra-se apropriada para descrição ou montagem do cenário no desenvolvimento do discurso, constituindo, comumente, oração de fundo. Além de categorial e tético, há o molde de conteúdo apresentativo, como em (10), que é usado para introduzir um novo referente no discurso, ou seja, um tópico novo (Tópico focal).

(10) então há **dois aspectos importantes**, (AN97:GuerraAmbiente:108)

De modo geral, o conteúdo comunicado corresponde semanticamente a um molde de predicação, pois implica uma propriedade que se aplica a uma ou mais entidades ou à situação

² Nos termos de Hopper e Thompson (1980), a parte do discurso que não contribui imediata e crucialmente para os objetivos do falante, mas que apenas sustentam, ampliam ou comentam o aspecto principal são chamadas 'fundo' (*background*). Em contraste, o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha orientadora da comunicação chama-se 'figura' (*foreground*).

que ela descreve em geral. Em (7), a predicação contém uma propriedade de zero lugar, sendo, portanto, constituída apenas do predicado *começou a relampejar*; em (8), a propriedade *satisfazer* se aplica a uma entidade *o salário*, constituindo uma predicação de um lugar; em (9), a predicação é de dois lugares, já que a propriedade *contar* se aplica a uma entidade com a função semântica Ativo, expressa na desinência verbal de segunda pessoa do discurso, e a outra entidade com a função semântica Inativo (*esse acidente*)³.

Sintaticamente, a predicação constitui, de modo geral, uma oração, pois apresenta um padrão de ordenação e expressões morfológicas de concordância e regência entre o predicado e seu argumento. Em (11) e na oração em itálico (*como é que foram esses choques*), em (12), a concordância entre *o samba* e *poder* e *esses choques* e *ser* indica que *o samba* e *esses choques* são o sujeito da oração respectiva. Observe que, em português, não é a posição que determina a função sintática sujeito: em (11), o sujeito se antepõe e, em (12), se pospõe ao verbo. As diferentes posições resultam da atribuição da função pragmática Tópico ao constituinte com a função sintática sujeito em (11), que assume a posição à esquerda do predicado, o que não acontece com o constituinte sujeito em (12), que pertence à dimensão do comentário, posicionando-se no final da oração, conforme anteriormente apresentado.

(11) por que **o samba** não podia? (Bra80:MundoDireito)

(12) conte lá *como é que foram essas, olhe, esses choques*. (PT72: AoVolante)

Uma oração pode conter outra oração como um de seus constituintes, correspondendo, no entanto, a uma única unidade de entonação, com uma única ilocução, o que lhe confere o estatuto de ato discursivo, conforme mostra (13), em que a ilocução é declarativa.

(13) eu penso que *consigo ultrapassar esta situação* (Moç86:Chuva)

Em (13), a relação entre as duas orações é de núcleo-dependente (Hengeveld & Mackenzie

³ No modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), as principais funções semânticas são *Actor*, *Undergoer* e *Locative*. Traduzimos *Undergoer* por *Inativo*, já que representa a entidade não volitivamente envolvida no estado de coisas, e *Locative*, a função semântica tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica lugar, por *Locativo*. Assim, para manter o paralelismo, preferimos traduzir *Actor* por *Ativo*, embora possa ser perfeitamente traduzido por *Ator*.

2008, p. 282), já que a oração constituinte (*consigo ultrapassar esta situação*) é encaixada na posição de um argumento da oração núcleo (*eu penso*), exigido pela propriedade de dois lugares *pensar*. Em termos morfossintáticos há uma única expressão linguística.

A ocorrência (14) exemplifica, por seu turno, uma relação núcleo-modificador⁴ (Hengeveld & Mackenzie 2008, p. 282), uma vez que a oração constituinte é encaixada na posição de restritor da predicação nuclear (*falar em liberdade*), para especificar o tempo de ocorrência do estado de coisas. Do mesmo modo que em (13), a oração nuclear e a constituinte compõem um único ato discursivo, uma vez que a ilocução interrogativa tem escopo sobre as duas orações.

- (14) há-de se falar em liberdade *quando se fala numa sociedade socialista?*
(Bra87:EconomiaSociedade)

Em resumo, a oração, simples ou complexa, é um ato discursivo, usado em situações em que o falante necessita evocar um quadro do mundo exterior sobre o qual ele deseja falar. Esse tipo de ato discursivo representa a oração completa (simples ou complexa), já que não depende necessariamente da situação em que se encontram falante e ouvinte. É comumente o tipo preferido para explicar as estruturas sintáticas no ambiente escolar.

4. Minioração

Existem, entretanto, estruturas comuns na interação do dia a dia, dependentes da situação em que se encontram falante e ouvinte. Essas estruturas representam um ato discursivo que contém dois elementos relacionados sem, no entanto, um predicado verbal, ou seja, trata-se de uma predicação sem verbo (*verbless predication*), por isso tradicionalmente são denominadas de *frase nominal*, que aqui denominamos *Minioração*. Esse termo tem sido utilizado na tradução de *small clause*, introduzido pelo estudioso de orientação formalista, Edwin Williams (1975), para designar “um nível de representação em que a relação sujeito-predicado é indicada por indexação” (Miotto & Foltran, 2007, p. 5). Não é nesse sentido que é aqui utilizado. Por falta de termo mais adequado, tomamos emprestado para indicar uma

⁴ Na GDF, os termos ‘modificador’ e ‘restritor’ correspondem grosso modo a ‘satélite’ e ‘adjunto nominal ou adverbial’.

predicação destituída de verbo, como a expressão em negrito na ocorrência (15). Nela é possível constatar facilmente a existência de dois constituintes inter-relacionados: *as crianças*, que se relaciona ao discurso corrente, e *apavoradas*, que predica *as crianças* e traz informação relevante.

(15) "vamos passar em frente da casa velha". passámos. aí, "vamos entrar?" "vamos entrar". e entrámos. **as crianças... apavoradas**, (Bra80:Fazenda)

Construções destituídas de predicado verbal têm sido e tratadas por estudiosos de orientação formalista, como Kato (2007), Pinheiro (2009), Sibaldo (2011), Zendron da Cunha; Carpes (2015), cuja preocupação reside em explicar o fato de essas estruturas comportarem grande complexidade formal e restrições no apagamento da cópula⁵. Já do ponto de vista funcionalista, foi objeto de estudo de Fortilli (2007) e de Pezatti (2018). Para Fortilli (2007) as construções não verbais são frequentes em situações em que o falante descreve ou julga algo e são usadas para conferir mais vivacidade ao discurso. Pezatti (2018) conclui que aspectos do contexto sistematicamente motivam determinadas formas de enunciados, como essas construções. Para a autora (Pezatti, 2018), construções sem verbo submetem-se às mesmas regras e princípios intraoracionais, já que constituem predicacões, ou seja, apresentam uma relação núcleo-dependente; permitem anáfora; e obedecem a princípios de ordenação de constituintes, como o princípio de estabilidade funcional, colocando constituintes tópicos em posição inicial e focos, em posição final.

Estruturas como *as crianças... apavoradas*, em (15), constituem um ato discursivo, ou seja, representa uma unidade de comunicação, correspondente a uma unidade de entonação. Em outras palavras, o enunciado negrito em (15), tal como a oração, envolve um falante e um ouvinte; é composto de uma ilocução, que representa uma intenção comunicativa, e de um conteúdo comunicado.

De modo geral, esse tipo de ato discursivo apresenta ilocução declarativa, informando o destinatário do conteúdo proposicional evocado pelo conteúdo comunicado, conforme mostram as ocorrências em (16) e (3), repetida aqui por conveniência em (17).

⁵ A revista *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 49 (1), 1-127, 2007, traz o DOSSIÊ: AS SMALL CLAUSES REVISITADAS.

(16) **a cozinha** — logo em seguida vem a cozinha — **também muito grande**,
(Bra80:Fazenda)

(17) aí fomos ver, **as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas**, só faltava os cabelos estarem eriçados, (Bra80:Fazenda)

O que caracteriza esse tipo de construção é que a cada uma das unidades atribui-se uma função pragmática. Assim, nas ocorrências (15), (16) e (17), a primeira unidade, respectivamente *as crianças*, *a cozinha*, e *as três juntas*, instrui o ouvinte a resgatar uma informação do componente contextual, ou seja, relaciona-se ao discurso corrente, tendo então a função de Tópico. A segunda unidade, por outro lado, sinaliza, na interação, a seleção estratégica do falante de uma informação nova, avaliada como essencial para ser integrada na informação pragmática do ouvinte, preenchendo assim uma lacuna de informação. Em outros termos, constitui uma instrução de atualização do destinatário. Esse constituinte veicula, então, a função pragmática Foco. Nas ocorrências em (15), (16) e (17), respectivamente as unidades [*apavoradas*], [*também muito grandes*] e [*de mãos dadas, pálidas, brancas*] veiculam essa função pragmática.

Nesse caso, há um molde de conteúdo contendo um Tópico e um Foco, conforme (15)a, (16)a e (17)a. Como se vê, o que caracteriza esse tipo de construção é a atribuição das funções pragmáticas Tópico e Foco a cada uma das unidades.

	TÓPICO	FOCO
(15)a	as crianças	apavoradas
(16)a	a cozinha	também muito grande
(17)a	as três juntas	de mãos dadas, pálidas, brancas

Embora destituída de verbo, a estrutura bimembre é semanticamente expressa por uma predicação monovalente, já que uma propriedade (uma entidade de zero ordem) se aplica a uma única entidade referencial. Assim, *apavoradas*, *muito grande* e [*de mãos dada, pálidas, brancas*] predicam sobre *as crianças*, *a cozinha* e *as três juntas*, respectivamente em (15), (16) e (17). Há, portanto, um estado de coisas não dinâmico, ou seja, que se caracteriza por não designar uma mudança de estado, por isso a entidade a que se aplica a propriedade tem a

função semântica Inativo.

(15)b *as crianças... apavoradas*, (Bra80:Fazenda)

(16)b *a cozinha [...] também muito grande*, (Bra80:Fazenda)

(17)b *as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas*, (Bra80:Fazenda)

Conforme Benveniste (1976), a frase bimembre é uma expressão normal do indoeuropeu, caracterizada por um predicado nominal, sem verbo nem cópula. Nas frases nominais, as duas funções do verbo, a *função coesiva*, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado, e a *função assertiva*, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade, recaem sobre um elemento da classe morfológica dos nomes, não sendo a frase suscetível das determinações que a forma verbal tem em si, como tempo, modo e aspecto. Dessa maneira, o enunciado será caracteristicamente atemporal, impessoal, não-modal.

Já, segundo Carone (1986, p. 50), que retoma Hjelmslev (1971), esse tipo de estrutura denomina-se *dirrema*, pois apresenta dois elementos que se relacionam à semelhança de sujeito e predicado, separados por meio de pausa. É a modulação da frase que indica não se tratar de substantivo e adjunto. Por isso, segundo a autora, a modulação é um componente sintático suprasegmental que funciona como verbo da frase nominal⁶.

Morfossintaticamente, portanto, são estruturas constituídas de dois sintagmas relacionados sem a mediação de uma cópula. Carone (1986) observa que, apesar de tentador, é perigoso supor, nesse tipo de frase, a elipse do verbo *ser*. É tentador, porque parece facilitar a compreensão da sentença, e perigoso, porque induz ao erro, tendo em vista que não se pode supor a elipse de algo que não existe.

Ocorrências como (15) e (16) podem perfeitamente ser reconstruídas com o uso da cópula suporte, como em (15)c, com o verbo *estar*, e em (16)c, com o verbo *ser*. A análise da paráfrase, entretanto, não pode ser a mesma e nem substituir a análise da ocorrência

⁶ Ainda que o conceito de modulação prosódica da autora não seja necessariamente equivalente à pausa, esse tipo de acidente prosódico ocorre frequentemente na fala espontânea, sem, contudo, a regularidade distribucional que identifica os dirremas para Carone (1986).

propriamente dita, uma vez que fere o pressuposto de que as propriedades dos enunciados são adaptáveis aos objetivos comunicativos do usuário em interação com seus interlocutores.

(15)c a as crianças **estavam** apavoradas,

(16)c a cozinha [...] **é** também muito grande,

Além disso, há de se notar que nem sempre a reconstrução com a cópula preenche satisfatoriamente a “lacuna” verbal, resgatando a predicação pretendida. A ocorrência (17), por exemplo, pode ser parafraseada com o uso do verbo *estar*, conforme (17)c, mas permite também, devido ao contexto, a paráfrase com o verbo *ir*, como em (17)d. Neste último caso, não se tem mais uma predicação de um lugar, mas sim uma predicação de dois lugares, em que o complemento locativo não está expresso. Existe ainda um outro problema na análise de (17)d, já que *de mão dadas* indica o modo de ocorrência do estado de coisas, mas a mesma análise não se pode fazer para *pálidas e brancas*, que são predicados (predicativos na gramática tradicional). Há aí um problema de análise que fere princípios de qualquer modelo teórico.

(17)c aí fomos ver, *as três juntas **estávamos** de mãos dadas, pálidas, brancas,*

(17)d aí fomos ver, *as três juntas **fomos (ver)** de mão dadas, pálidas, brancas,*

Como se vê, de fato, não é teoricamente produtora analisar essas estruturas como se resultassem da elipse de um verbo, seja ele qual for. Elas devem ser analisadas conforme foram enunciadas, e a variação de forma deve ser explicada em termos de cognição e comunicação humanas, assumindo-se que os enunciados são variáveis, mas limitados pelas necessidades comunicativas dos usuários.

A projeção de exigências pragmáticas, próprias do nível interpessoal, redundam na ordenação dos constituintes, que para a GDF, é uma propriedade morfossintática. Como se pode constatar, nas ocorrências (15), (16) e (17), a unidade com função de Tópico ocupa a primeira posição (P^I) na expressão linguística, enquanto a unidade com a função de Foco abriga-se sempre em P^F, na posição final (Pezatti, 2014, p. 131), como respectivamente se representa em (15)d, (16)d e (17)e.

	Tópico	Foco
	P^I	P^F
(15)d	as crianças	apavoradas
(16)d	a cozinha	também muito grande
(17)e	as três juntas	de mão dadas, pálidas, brancas

Essas construções, segundo Jubran (1985), servem para substituir estruturas mais complexas, que requerem uma decifração custosa em tempo e em atenção por uma imagem mais incisiva, conferindo ao discurso maior vivacidade, conforme destaca Fortilli (2007).

Holófrase

Mackenzie (1998, p. 268) observa que, em situações em que os participantes se conhecem e sabem os objetivos um do outro, e em situações em que há grande urgência na comunicação, a interação verbal se realiza por meio de unidades que são marcadamente mais curtas, às vezes constituídas por uma única palavra, e que normalmente não são objetos de análise gramatical, mas que, na opinião dele, como constituem atos discursivos, devem receber atenção teórica do linguista, especialmente do funcionalista (p. 278-84). Essas unidades não predicativas denominadas holófrases, que correspondem ao uso de uma única palavra para exprimir uma ideia complexa, revelam a implicitude existente na conversação do dia a dia. A holófrase é completa dentro da situação em que ocorre e oferece pistas que guiam a interpretação do ouvinte.

Constituem ocorrências holofrásticas, entre outras, uma resposta a uma pergunta, como *enorme* em (18); uma avaliação anafórica, como *claro* em (19); e reparo e/ou correção conversacional, exemplificada com *na cozinha?*, em (20). Por se tratar de diálogo, nas ocorrências (18) a (28) os diferentes participantes são indicados por flecha (->) e por hífen (-).

(18) -> é muito grande ela?

- **enorme**. (Bra80:Fazenda)

(19) -> a, a, a mentalidade agora é diferente porque também a vida é completamente diferente da que eu fui criada.

- **claro**. (PT95: JuventudeOntemHoje)

(20) -> o senhor sabe fazer alguma coisa na cozinha?

- **na cozinha?** (Bras80: ComerFalarBem)

Essas expressões, em termos de seu estatuto interpessoal, representam uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento, tendo um efeito perlocutório, já que é uma reação ou abre a possibilidade de reação. Seu núcleo é composto de um único ato discursivo, que representa uma unidade de comunicação.

Em (18) e (19), a ilocução é declarativa, apenas informando o ouvinte do conteúdo proposicional evocado pelo conteúdo comunicado. Nada impede, no entanto, que se apresentem outros tipos de ilocução, como a interrogativa em (20), ou a exclamativa na expressão em negrito (*que horror*), em (21).

- (21) -> bom, quando olho para o lado dou por mim já tinha o NSU em cima.
- ah, **que horror!** (PT72: AoVolante)

Em (21), apesar de o falante informar o destinatário do conteúdo comunicado, não é propriamente esse conteúdo que é transmitido e sim a reação emocional do falante, indicando particularmente sentimentos de surpresa com respeito a esse conteúdo, que é pressuposto ser do conhecimento do ouvinte. Isto explica o fato de que a ilocução exclamativa tende a ser expressa por holófrases.

As construções holofrásticas, de modo geral, constituem um molde de conteúdo contendo apenas uma unidade, com a função pragmática de Foco, como (18), que apresenta a informação nova solicitada e avaliada como essencial para ser integrada na informação pragmática do ouvinte, preenchendo assim uma lacuna de informação. Em (19), o falante informa ao ouvinte a sua concordância com o conteúdo comunicado expresso no discurso corrente, e em (20), apresenta um reparo e/ou correção conversacional para que a situação discursiva tenha sucesso.

As ocorrências (18) e (19) semanticamente são constituídas por um núcleo lexical (predicado), respectivamente *enorme* e *claro*, que denota uma propriedade. Já a ocorrência (20) tem um núcleo configuracional, *na cozinha*, pois consiste em mais de uma unidade: uma propriedade (a preposição *em*) e seu argumento (*cozinha*). A ocorrência (21), por ser a expressão da ilocução exclamativa, não apresenta conteúdo semântico nem morfossintático.

As expressões linguísticas holofrásticas com conteúdo semântico, como (18), (19) e (20), são morfossintaticamente constituídas de uma única unidade, que pode variar em complexidade. Essa unidade pode ser uma palavra, como *enorme* e *claro*, respectivamente em (18) e (19), ou um sintagma, que, tal como a oração, consiste em uma combinação sequenciada de palavras, sintagmas e orações encaixadas. Em (20), a unidade é representada por um sintagma preposicional, *na cozinha*, constituído da preposição *em* e do sintagma nominal *a cozinha*. Já em (22), o sintagma nominal *só café* é constituído do marcador da função Contraste Restritivo *só* e da palavra nominal *café*⁷. Em (23), o sintagma é composto da palavra gramatical *que*, da palavra nominal *coisa* e da palavra adjetival *maravilhosa*; o sintagma em (24), por outro lado, é constituído da palavra gramatical *um*, da palavra nominal *negócio*, da palavra adverbial *assim* e da palavra adjetival *espetacular*.

- (22) - eu que cozinho mesmo. ele não sabe fazer nada, sabe nem fritar um ovo!
 -> sabe fazer café.
 - só! **Só café!** (Bra80: A Macarronada)
- (23) - **que coisa maravilhosa!** aquela que tem, que tem o órgão? (Bra80:ArteUrbana)
- (24) - não sabemos o que vamos fazer da bendita da piscina, não é, todo mundo sem coragem de cobrir... a parte antiga. **um negócio assim espetacular...**
 (Bra80:Fazenda)

Hjelmslev (1971) observa que as frases nominais não predicativas não têm sujeito, sendo por isso denominadas de monorremas. Carone (1986, p. 48), por seu turno, denomina as expressões constituídas de “qualquer dos elementos secundários que, na oração, se organizam em torno do verbo” de frases nominais unimembres ou *rese*.

Assim, *holófrase*, *frase nominal não predicativa*, *monorrema* e *rese* são denominações para um tipo de ato discursivo unimembre que serve a interações verbais em situações em que há grande urgência na comunicação e em que os participantes se conhecem e sabem os objetivos um do outro, permitindo um grau de implicitude, próprio da conversação do dia a dia. É o conhecimento das convenções de uso, combinado com a consciência do tipo de situação em que falante e ouvinte se encontram, que guia o destinatário diretamente à interpretação

⁷ Em (22), fica clara a intenção do falante de opor *café* a outras coisas. A estratégia, então, é a de corrigir uma informação pragmática do destinatário, assinalando a parte de informação correta e descartando a incorreta.

desejada. (Mackenzie 1998, p. 278).

Interjeição

Interjeições são modos de o falante dar vazão a suas reações em uma situação comunicativa corrente. São próximas de choros instintivos, como suspiros e gritos (Hengeveld & Mackenzie 2008, p. 76). É possível imaginá-las sendo produzidas em solidão, como quando alguém se machuca prendendo o dedo na porta do carro.

Segundo Carone (1986, p. 47), as interjeições são um tipo rudimentar de frase, sem estrutura mórfica ou sintática, mas dotadas de entonação vária, que as torna capazes de exprimir modalidades diversas: interrogativa, imperativa, optativa, exclamativa.

De fato, a interjeição é também um tipo de ato discursivo, já que representa uma unidade de comunicação e corresponde a uma unidade de entonação. O que a diferencia dos outros atos discursivos é que não há a intenção de comunicar qualquer informação referencial ou atributiva (Keizer, 2015, p. 65), mas sim expressar, independentemente da presença de um interlocutor, sentimentos do falante, como surpresa, alegria, raiva/irritação, desgosto, medo, conforme respectivamente exemplificam os termos em negrito em (24), (25), (26), (27) e (28). A esse tipo de ato discursivo, composto apenas da ilocução lexical, denomina-se Ato Discursivo Expressivo (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p.76).

- (24) -> se tiver que fazer um bolo, eu também sei fazer um bolo de aniversário.
- **nossa!** Mas está [...] (Bras80: ComerFalarBem)
- (25) -> **epa**, eu tenho várias histórias, tenho várias histórias de caça.
(PT97: BoaPontaria).
- (26) - se e[...], se ele está aqui do meu lado, eu estou fumando: "**pô**, pai! essa fumaça!"(Bras80: CriarFilhos)
- (27) - pois. exacto. e isso durou três anos?!
-> durou três anos.
fogo! essas coisas são complicadas. (PT97:MalDesconhecido)
- (28) -> é, é, a mim não saíu não, que eu, eu, eu tratava a minha mãe - **ai meu Deus** - se a minha mãe me ch[...], quando a minha mãe me cha[...], chamava "ó dona Adília" eu já não sabia. (PT95: JuventudeOntemHoje)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 76), interjeições tomam formas diferentes nas diferentes línguas, e, em algumas, como o húngaro, participam de processos de formação de palavras: assim, da interjeição *jaj* (que designa dor) pode-se derivar a forma frequentativa *jaj-gat* ‘dizer *ai* repetidamente’, aplicando-se o afixo frequentativo *-gat*. Esses dois fatos constituem evidências de que as interjeições podem ter também um estatuto lexical. Na verdade, interjeições são a expressão lexical da ilocução. Como tal, não têm representação semântica nem morfossintática: são atos discursivos, de natureza pragmática, cuja expressão tem unicamente natureza fonológica e não morfológica.

5. Considerações finais

A proposta deste estudo consiste em mostrar que diferentes formas morfossintáticas preenchem diferentes necessidades comunicativas dos falantes em diferentes situações de uso e, por isso, tais necessidades comunicativas e situações de uso devem, no ambiente escolar, ter a mesma atenção dispensada às orações propriamente ditas. É importante mostrar que nos comunicamos por meio de atos discursivos, que podem ter vários formatos sintáticos, a depender do que pretende o falante. Assim, uma unidade morfossintática como a oração (ou outra qualquer) constitui um ato discursivo, ou seja, uma unidade pragmática que pode ser expressa de várias formas: por meio de períodos compostos, por meio de orações absolutas, por meio de miniorações, por meio de holófrases (frase nominal) e até por meio de interjeição.

Segundo Carone (1986, p. 51-3), a oração, que, em termos de frequência é o tipo frasal dominante, pode ser interpretada mesmo “fora de um contexto mais esclarecedor”, por dispor de uma organização gramatical já registrada na mente do falante que o possibilita reconhecê-la nas situações em que emerge. Em outros termos, a oração apresenta conectividade, uma relação de dependência que se estabelece entre dois elementos, como concordância e regência, e um padrão de ordenação, que a liberam da situação em que se encontram falante e ouvinte. Por ser independente, não existe restrição de contexto ou de gênero textual para seu uso. Na estruturação do texto, falado ou escrito, a oração categorial contribui para o avanço do discurso, participando da porção de figura; a oração tética tende a ser usada na porção textual de fundo, pois contribui para o cenário discursivo; enquanto a oração apresentativa é apropriada para a introdução de novos referentes no discurso.

Por outro lado, aspectos do contexto motivam sistematicamente o uso de outras formas de enunciados, já que muito da interação do dia a dia é altamente implícito por natureza, e enunciados inteiros, geralmente analisados como elípticos e incompletos, constituem, na verdade, ocorrências ‘exemplares’ desse caráter implícito da conversação. Manifestando-se por meio de expressão linguística curta, que não requer uma decifração cognitivamente custosa em termos de tempo e de atenção, a minioração é muito frequentemente invocada em descrições e julgamentos, sugerindo uma imagem mais incisiva (Jubran, 1985) e conferindo vivacidade ao discurso (Fortilli, 2007). Por causa dessa propriedade, serve apropriadamente, com relativa frequência, a um gênero discursivo, como o anúncio e a propaganda, conforme mostram as ocorrências (29) e (30), extraídas da internet.

- (29) Pão de Açúcar Lugar de gente feliz. (<https://www.mensagenscomamor.com/frases-de-propaganda>)
- (30) Caninha 51 Uma boa ideia (publicinove.com.br/70-slogans-criativos-de-marcas-famosas-para-voce-se-inspirar/)

O uso dessas construções para convencer e persuadir (Benveniste, 1976) tem suas razões assentadas no fato de elas exprimirem uma verdade absoluta, especialmente porque, destituídas de verbo, não dispõem das configurações que especificam o tempo, modo e o aspecto do estado de coisas, eximindo-se, portanto, de estabelecer uma relação temporal com o locutor, a não ser indiretamente em função da situação discursiva em que se inscrevem na comunicação.

A holófrase, por seu turno, devido a sua pequena extensão, é usada quando há grande urgência na comunicação e os participantes compartilham parte do conteúdo e dos objetivos um do outro, o que leva os interlocutores a deixarem implícita parte relevante do conteúdo da expressão, um traço significativo da conversação do dia a dia. O caráter formalmente enxuto a torna um mecanismo muito requisitado para advertência, como (31) e (32), e indicações de locais, como (33) e (34). É o conhecimento das convenções de uso, combinado com a consciência do tipo de situação, que guia o ouvinte diretamente à interpretação desejada.

- (31) SILÊNCIO! (em ambiente hospitalar)
- (32) Buraco (em ruas esburacadas)
- (33) Caixa (em ambiente comercial).

(34) Saída.

Muito propício a esse tipo de estrutura morfossintática é também o inventário, em que as holófrases são usadas em sequência, ligadas por coordenação, como um recurso descritivo, conforme o faz Machado de Assis em (35), ou como anotações e listas de supermercado, exemplificadas em (36), tendo geralmente os itens organizados verticalmente para facilitar a leitura do comprador, ou como anúncio, em (37).

(31) Soluços, lágrimas, casa armada, veludo preto nos portais, um homem que veio vestir o cadáver, outro que tomou a medida do caixão, caixão ...

(Machado de Assis, 1975, p. 173)

(35) manteiga, queijo ralado, macarrão, biscoitos água e sal, papel alumínio,

(36) MÁQUINAS DE COSTURA – RÁDIOS -MÓVEIS - | LIQUIDIFICADORES –
ENCERADEIRAS - | VENTILADORES - | RADIOLAS ETC. (1AnunXX2CE)

A interjeição, como vimos, é também um ato discursivo. Embora não tenha a tarefa de comunicar qualquer informação, exprime reações do falante na situação comunicativa corrente, indicando sentimentos, expressos pela escolha de determinada ilocução, sem necessariamente exigir a presença de um interlocutor, como mostra (38), com a expressão em negrito.

(37) os Códigos, deve sempre aparecer coisa assim absurda que você fala "**puta**, como é que foi isso surgir, isso?" então, eh, o juiz, ele tem todo o direito de,

(Bras80: MundoDireito)

Para concluir, é a adaptação do discurso aos objetivos comunicativos do usuário na interação, em termos de formulação pragmática e semântica, que determina a codificação morfossintática das expressões linguísticas. Assim, a oração e a minioração independem em maior e menor grau do contexto discursivo, enquanto a holófrase e a interjeição requerem a aplicação de regras e princípios pragmáticos.

Dessa forma, mais do que realizações fragmentárias de estruturas complexas subjacentes, miniorações, holófrases e interjeições são completas por si mesmas, se levados seriamente em conta os rastros que deixam na situação em que ocorrem, como guias para a interpretação do

interlocutor.

Agradecimentos

Sou imensamente grata aos pareceristas anônimos, cujas observações, sugestões e críticas contribuíram sobremaneira para a melhoria do artigo aqui publicado e ao CNPq por financiar esta pesquisa. PQ/CNPq. Proc. No. 301257/2017-5.

Conflito de interesses

(X) *Declaro não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo e assumo total responsabilidade por seu conteúdo.*

Referências

- Araújo, Edvalda. (2009). As construções de tópico. In D. Lucchesi, A. Baxter, Alan, & I. Ribeiro (Eds.). *O português afro-brasileiro* (pp. 231-268). EDUFBA.
<https://doi.org/10.7476/9788523208752>
- Bechara, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. Lucerna.
- Benveniste, É. (1976). A frase nominal. In *Problemas de linguística Geral*. Pontes.
- Callou, Dinah et al. (1993). Topicalização e deslocamento à esquerda. In A. T. Castilho (Ed.). *Gramática do português falado*, vol. 3, *As abordagens* (pp. 315-360). Ed. da UNICAMP/ FAPESP.
- Carone, F. B. (1986). *Morfossintaxe*. Ática.
- Chafe, W. L. (1976). Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In C. N. Li (Ed.). *Subject and Topic* (pp. 457-489). Academic Press.
- Cunha, C. (2001). *Nova gramática do português contemporâneo*. Nova Fronteira.

Dik, S. (1989). *The theory of function grammar*. Pt. I, *The structure of the clause*.
Foris.

Fortilli, S. (2007). *As construções não verbais no português falado no interior do Estado de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). UNESP, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

Galves, Charlotte. (1998). Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 34, 19-31.
<https://doi.org/10.20396/cel.v34i0.8637048>

Hengeveld, K. & Mackenzie, L. (2008). *Functional discourse grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>

Hengeveld, K. & Mackenzie, L. (2018). Negation in Functional Discourse Grammar. In E. Keizer & H. Olbertz (Eds.). *Recent developments in functional discourse grammar*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/slcs.205>

Hjelmslev, L. (1971). El verbo y la frase nominal. In *Ensayos lingüísticos* (pp. 174-200). Gredos Editorial.

Hopper, P. & Thompson, S. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56(2), 251-99. <https://doi.org/10.2307/413757>

Jubran, C. C. A. S. (1985). A metáfora e a metonímia na linguagem da propaganda. *Estudos Linguísticos*, 10(1), 27-31.

Kato, M. (2007). Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, 23(spe.), 85-111. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502007000300007>

Keizer, E. (2015). *A functional discourse grammar for English*. Oxford University Press.

Kroon, C. (1995). *Discourse particles in Latin: Amsterdam studies in classical philology 4*. Gieben.

Kury, A. da G. (1986). *Novas lições de análise sintática*. Ática.

Leite, Yonne et al. (1996). Tópicos e Adjuntos. In A. T. CASTILHO & M. Basílio (Eds.). *Gramática do português falado*, vol. 4, *Estudos descritivos* (pp. 321-340). Ed. da UNICAMP/FAPESP.

Mackenzie, L. (1998). The basis of syntax in the holophrase. In M. Hannay & A. M. Bolkestein (Eds). *Functional Grammar and verbal interaction* (pp. 267-296). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/slcs.44>

Mateus, M. H. M. et al. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Almedina.

Mioto, C. & Foltran, M. J. (2007). Apresentação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 49(1), 5-9. <https://doi.org/10.20396/cel.v49i1.8637242>

Pezatti, E. G. (2012). Ordenação de Constituintes em Construções Categorical, Tética e Apresentativa. *DELTA*, 28(2), 353-385. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502012000200007>

Pezatti, E. G. (2014). *A ordem das palavras em português*. Parábola Editorial.

Pezatti, E. G. (2018). Miniorações em anúncios sob a perspectiva discursivo-funcional. *Gragoatá*, 46, 492-517. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v23i46.33587>

Pinheiro, C. da S. (2009). O aspecto como fonte dos diferentes graus de (a)gramaticalidade nas miniorações livres adjetivais. *Estudos Linguísticos*, 38(1), 359-373.

Pontes, Eunice. (1987). *O tópico no português do Brasil*. Pontes.

Sibaldo, M. A. (2011). Sobre a estrutura interna das *small clauses* livres no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, 40(1), 231-240.

Rocha Lima, C. H. (1972). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. José Olimpyo.

Williams, E. (1975). Small Clauses in English. In J. P. Kimball (Ed.). *Syntax and Semantics*, vol. 4 (pp. 249-273). Brill.

Zendron Da Cunha, K. & Carpes, D. R. (2015). *Small clauses* livres e sentenças clivadas: comportamento entonacional e sintaxe. *Revista Diadorim*, 17(2), 107-125.

<https://doi.org/10.35520/diadorim.2015.v17n2a4072>

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.